

Universidade de Coimbra

Centro de Estudos Sociais

Faculdade de Economia

Conferência Internacional Sobre Alterações Climáticas

O Direito a Não Morrer: Risco e Cidadania

José Manuel de Oliveira Mendes

jomendes@ces.uc.pt

Lisboa, 22 de Setembro 2007

O conceito de *fortuna*, a confiança e a regulação pelos Estados

Tendo a modernidade substituído o conceito de *fortuna* pelo conceito de risco, o contexto de confiança alargou-se, assim como o papel do estado na sua regulação (Giddens, 1991; Luhmann, 1993).

Mas, conforme aumenta o desfasamento entre a capacidade para agir e a capacidade para prever, os riscos aumentaram de forma dramática, tanto na sua escala como na sua frequência. Tal coloca novos desafios à regulação do risco pelos Estados, devido sobretudo às dinâmicas transnacionais e à exigência crescente dos cidadãos quanto à sua segurança e quanto à existência de planos de prevenção e de mitigação bem delineados e com objectivos claramente definidos.

Há que estudar os regimes de regulação do risco (Hood, Rothstein, Baldwin, 2001) e as suas adaptações à necessidade de cooperação transnacional face à globalização dos riscos.

Acontecimentos extremos e as lutas políticas internas

Segundo Ulrich Beck (2001): "States must *de-nationalise* and *trans-nationalise* themselves for the sake of their own national interest, that is, relinquish sovereignty, in order, in a globalised world, to deal with their national problems". Esta é para Beck uma tendência inelutável no âmbito do que chama de sociedade do risco mundial (1999;1992).

Esta dissociação entre a nação e o Estado, proposta por Ulrich Beck, desvia a atenção dos mecanismos materiais e simbólicos constituintes das arenas políticas internas e das lutas políticas que ocorrem devido aos acontecimentos extremos (Klinenberg, 2002). E isto porque a criação de uma arena política exige uma inclusão explícita; uma justificação e articulação das escolhas individuais; e o tornar perceptíveis os factos e os debates para audiências específicas (Barry, 2001; Callon, Raberahisoa, 2004).

Acontecimentos extremos e a intervenção do Estado

Os acontecimentos e as situações perigosas permanentes tendem a aumentar a legitimação da intervenção do Estado, muitas das vezes com a suspensão das normas sociais e económicas, criando um estado de excepção, que indicia a presença inelutável do Estado. Estes acontecimentos extremos colocam desafios concretos na produção de conhecimentos nas ciências sociais e naturais que, na maioria dos casos, coarctam a suposta autonomia das ciências. Muitos dos pensadores sobre estas temáticas, por outro lado, reforçam o papel dos peritos e dos poderes estabelecidos (Estados e agências internacionais) na gestão da incerteza, marginalizando os conhecimentos e a participação dos cidadãos. Tal é claramente apreensível no “catastrofismo esclarecido” de um Jean-Pierre Dupuy (2005; 2002) ou nos cenários baseados nos piores casos de Lee Clarke (2005).

A teorização dos acontecimentos extremos e os seus efeitos

Esta teorização dos “extremos” assenta numa ecologia do medo (Davis, 1998) e numa política e cultura do medo (Furedi, 2002) que não permite uma progressiva e gradual composição de um mundo comum (Latour, 2005). Esta composição de um mundo comum, heterogéneo, complexo e conflitual, será possível, não com uma sociologia da virulência (van Loon, 2002), mas sim com uma abordagem modesta e articulada, capaz de estar atenta às componentes emergentes do social e que activa e democraticamente tece uma versão desse social.

Os casos empíricos: as ondas de calor, “a canícula”, de 2003 em França e Portugal

No Verão de 2003 assistimos a uma sobremortalidade de mais de 40.000 cidadãos europeus devido às ondas de calor. Embora as ondas de calor afectassem praticamente todos os países, o impacto demográfico mais devastador fez-se sentir na bacia mediterrânica e no Luxemburgo.

Na verdade, a sobremortalidade verificada em Agosto de 2003 foi de 34.7% na França, 25.9% em Portugal, 16.7% em Espanha, 16.6% no Luxemburgo e de 11.9% na Itália (Sardon, 2006: 262). Em números absolutos, e para o mesmo mês, houve 15.630 mortes em excesso em França, 2.310 em Portugal, 5.290 na Espanha e 5.680 em Itália.

A análise comparativa e a cultura política

Partilho a perspectiva de Sheila Jasanoff (2005:15) quando argumenta que, devido ao carácter culturalmente intrincado do conhecimento e das políticas públicas, temos que ser cépticos sobre a aprendizagem linear com as experiências dos outros países.

A análise comparativa é elaborada com base no conceito de cultura política, de forma a apreender as conexões entre as tecnologias, o conhecimento e o poder em culturas de decisão e de acção específicas.

A diferente importância da sobremortalidade

Em França a sobremortalidade de 2003 foi percebida e definida como uma catástrofe, conduzindo a vários inquéritos oficiais que resultaram numa profunda alteração dos alinhamentos sociotécnicos e sociopolíticos. O colectivo em França foi reconfigurado, redistribuído e reformatado pela canícula (Callon and Vololona, 2003).

Em Portugal, pelo contrário, a onda de calor teve pouco impacto nos alinhamentos e dispositivos sociotécnicos, e politicamente não passou de um epifenómeno sem consequências significativas.

A diferente importância da sobremortalidade

A sobremortalidade, tendo sido enunciada como catastrófica em França, tornou o regresso à normalidade uma tarefa política, epistémica e sociotecnológica. A dimensão política traduziu-se nos relatórios oficiais (Senado; Assembleia Nacional); a dimensão epistémica foi acentuada pelos cientistas (epidemiologistas; meteorologistas; demógrafos); a dimensão sociotecnológica por novos dispositivos e protocolos de saúde pública e por novas leis no cuidado e serviços aos idosos.

A produção do novo alinhamento social fez-se sem a implicação directa da sociedade civil (inexistência de movimentos sociais ou acções judiciais por parte das famílias dos afectados). Foi uma produção endógena da esfera política em resposta às críticas da comunicação social e às sondagens negativas do governo francês junto da opinião pública.

A diferente importância da sobremortalidade

Os eventos de 2003 em França, vistos como uma prova para o Estado francês, revelaram a fraqueza do Estado como terapeuta global imaginário dos seus cidadãos (Sloterdijk, 2006: 266).

O palácio de cristal, com a sua endosfera tépida e auto-complacente, pareceu que abria fissuras, e cada cidadão francês sentiu-se em perigo, com um Estado ausente, os cidadãos completamente despojados e vulneráveis à mercê dos elementos naturais. Embora os acontecimentos de 2003 nunca tenham estado perto de uma situação de ruptura cívica (civil dislocation) (Hilgartner, 2007; Jasanoff, 1997), o impacto moral foi enorme, trazendo “surpresa”, “desconforto”, “perplexidade”, “consternação” e o “sentimento geral de falhanço no país dos direitos humanos”.

A diferente importância da sobremortalidade

O cadáveres dos idosos, empilhando-se aos milhares nas morgues improvisadas de Paris, ao contrário do que aconteceu em Chicago em 1995, onde foram naturalizados e somatizados (Klinenberg, 2001), tornaram-se em França indicadores visíveis do colapso moral e político do Estado.

Ao contrário do Katrina ou de outras catástrofes, as infraestruturas permaneceram intactas, (Sims, 2007) e não foram afectadas categorias de pessoas facilmente etiquetadas pela raça, sociologicamente normalizadas numa classe social qualquer ou tratadas como descartáveis (Giroux, 2006) ou marginais (Declerck, 2003).

A categoria integradora de idoso, na sua materialidade e aritmética de corpos diariamente acumulados, afectou a linha ténue que simbolicamente liga cada cidadão à comunidade imaginada.

A diferente importância da sobremortalidade

Em Portugal, não se produziu a noção de desastre e não se assistiu a mudanças significativas no enquadramento legislativo ou institucional (coube ao Bloco de Esquerda a apresentação no Parlamento de um projecto de resolução, “Vítimas da onda de calor de Agosto de 2003”, que exigia um relatório exaustivo sobre os acontecimentos e a reestruturação do sistema de vigilância e das instituições de saúde pública).

A maioria das mudanças ocorridas, como a criação de planos de contingência em 2004, deveram-se a recomendações e a protocolos de agências internacionais como a Organização Mundial de Saúde.

A existência de um índice de vigilância e de alerta sobre as ondas de calor (Projecto Ícaro), de protocolos de actuação por parte da protecção civil e do sistema de saúde nacionais não evitou a morte dos cidadãos idosos portugueses. Tal deve-se a uma estratégia de contingência, que não assenta em mudanças estruturais e no envolvimento das autoridades locais (juntas de freguesia, por exemplo). As ondas de calor são epifenómenos políticos que não mobilizam os representantes políticos ou a opinião pública.

Sobremortalidade, culturas públicas e a mudança do tecido social

Em contraste com a França, as ondas de calor nunca foram incorporadas em Portugal no tecido social. A sobremortalidade nunca se tornou numa responsabilidade moral e política dos governantes ou dos agentes políticos. Nenhuma exigência pública de assunção das mortes em excesso foi enunciada.

As consequências destas duas abordagens políticas distintas foram:

Na onda de calor de 2006:

- França: 6.000 mortes a menos do que o estimado pelos modelos epidemiológicos (fonte: INED)
- Portugal: 1.200 mortes, de novo

A chegada de uma nova epidemia

Embora existisse uma vasta literatura académica e científica sobre o impacto das ondas de calor na saúde pública, nunca fora este fenómeno tratado como uma epidemia.

Impulsionada pelos investigadores e epidemiologistas franceses, a Organização Mundial de Saúde, na sua delegação europeia, viria a classificar as ondas de calor como uma epidemia.

Esta classificação, para além da conseqüente medicalização das suas causas e conseqüências, induziu a mobilização de instituições internacionais no financiamento de projectos de investigação de grande escala (EuroHeat; Canicule), e a definição de políticas públicas comuns e o estipular de protocolos padronizados de actuação.

A chegada de uma nova epidemia

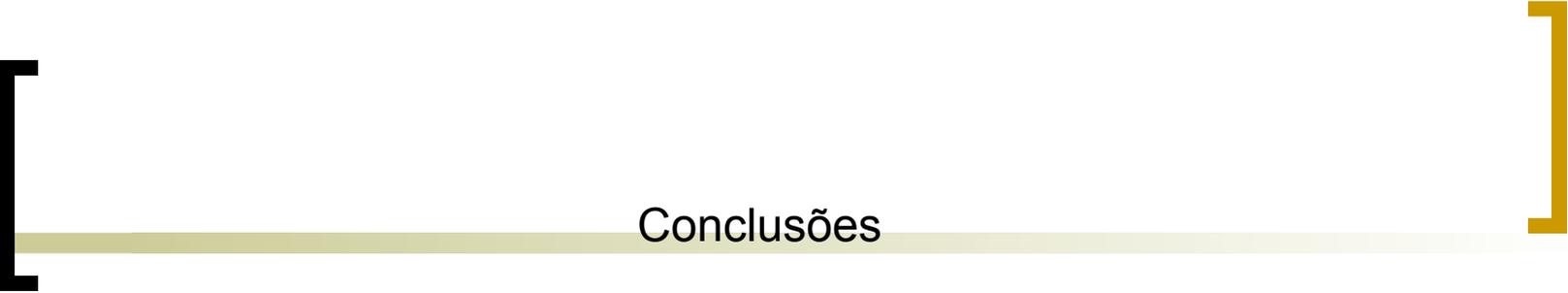
As ondas de calor classificadas como epidemias realçam temas relacionados com a saúde pública, vigilância, preparação, respostas de emergência, comunicação política, gestão da confiança e cooperação entre os Estados.

O seu cronótopo específico situa o início desta epidemia na Europa demograficamente envelhecida.

Embora seja uma epidemia sazonal que afecta os países mais envelhecidos, a sua articulação com as preocupações das mudanças climáticas tornou a mesma uma preocupação mundial.

Esta tendência saiu substancialmente reforçada com o relatório de 2007 do Painel Intergovernamental Para as Alterações Climáticas (IPCC), onde as ondas de calor assumem um papel de relevo.

.



Conclusões

Em França, a canícula de 2003 levou a uma mudança profunda dos alinhamentos sociotécnicos relacionados com a vigilância e a gestão dos impactos das ondas de calor na saúde pública.

Em Portugal, as mudanças foram menos visíveis. As diferenças entre os dois países devem-se a diferentes culturas políticas, ao papel diferenciado dos meios de comunicação social e a níveis de resposta distintos quanto à pressão mediática.

A existência de conhecimentos e de dispositivos técnicos não é suficiente se os alinhamentos sociotécnicos adequados não estão consagrados em quadros institucionais e legais que obriguem a incorporar todos os cidadãos no corpo político, numa ética do cuidado (todos somos vulneráveis) (Paperman, 2003) e para além de uma ecologia do medo (Davis, 1998).

O papel das Ciências Sociais

Os acontecimentos extremos mostram o trabalho político para colocar os grupos e os indivíduos descartáveis fora das redes sociais e das comunidades nacionais imaginadas.

As Ciências Sociais, como tecnologias humildes (Jasanoff, 2003), devem tornar visíveis as pessoas e os grupos situados nos interstícios dos alinhamentos sociotécnicos e participarem do trabalho colectivo necessário para relatar e personificar essas pessoas e esses grupos num processo político de cidadania plena.